

“Quem vê diz que se vive aqui no céu”: alimentação e vestuário dos trabalhadores têxteis sergipanos (1940-1960)

Wagner Emmanoel Menezes Santos¹

Resumo:

A industrialização brasileira marcou a sociedade através da transformação das cidades, rapidez na fabricação de mercadorias, mudança no tempo, investimentos em máquinas e na infraestrutura dos estabelecimentos e até modificou o cotidiano dos indivíduos. As fábricas têxteis precisavam de mão de obra barata e, então, atraíram várias pessoas que, vendo aí uma boa oportunidade de emprego, aceitaram produzir mercadorias em tempo recorde. Apesar das longas jornadas de trabalho, os operários ganhavam baixos salários que não davam para suprir as suas necessidades básicas. As moradias estavam com os preços elevados, não sobrava tempo para o lazer, transportes eram caros, alimentação e vestuário também eram precários. Dentre os vários problemas operários, a alimentação e o vestuário podem ser destacados, pois a população consumia alimentos razoavelmente diversificados e que não eram tão saudáveis, além de um vestuário formado por poucas peças. A situação precária de vida fez parte também do cotidiano dos trabalhadores têxteis sergipanos, que ganhavam pouco e tinham pouco poder de consumo. O objetivo do artigo é compreender quais eram os locais de compra e onde as refeições eram feitas, os alimentos consumidos e o vestuário utilizado pelos operários têxteis sergipanos entre os anos de 1940 e 1960. As fontes utilizadas foram jornais, uma revista e um processo trabalhista que esclarecem as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores sergipanos.

Palavras-chaves:

Operários.
Alimentação.
Vestuário.

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O aparecimento do operariado urbano-industrial brasileiro se deu por volta das décadas de 1870 e 1880, contando já com associações operárias, organizações profissionais, sociedades de auxílio-mútuo, agremiações e jornais, principalmente, os dedicados aos imigrantes. Foi a partir de 1890, entretanto, que a urbanização e a industrialização tiveram seus processos decisivos, trazendo efetivas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.² O operariado era constituído fortemente por imigrantes, que trouxeram não apenas costumes dos seus países de origem, como também contribuíram com uma consciência política indispensável para a formação de organizações de luta. Fixaram-se, principalmente, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em determinadas cidades mineiras e em certas regiões industriais do sul do país. Após o desencanto com a agricultura, muitos se aventuraram no trabalho fabril, que cada vez mais precisava de mão de obra barata, e se sujeitaram a longas jornadas de trabalho, baixos salários, alimentação e vestuário precários e dificuldades no acesso aos transportes e moradias. Em São Paulo, por exemplo, os trabalhadores, de forma geral, batiam jornadas de trabalho maiores do que 16h, além da sujeição aos problemas dentro das fábricas, como falta de ventilação e de luz natural.³

O interior das fábricas marcava-se pelo controle e disciplina dos patrões que queriam majorar a produção dos seus funcionários e, conseqüentemente, obter mais lucro. Conforme afirma Michel Foucault, a disciplinarização fez parte da realidade de muitas fábricas, pois se visava controlar os horários de entrada e de saída, fazia-se uma vigilância intensa, enquadravam-se os trabalhadores na lógica de produção, catalogava-se a vida trabalhista do indivíduo, tudo isso para diminuir a força política dos operários e aumentar sua energia produtiva.⁴ O ambiente fabril tinha conotação de uma prisão panóptica que subjugava os indivíduos e fazia uma vigilância praticamente ininterrupta.⁵ Por conta disso, os operários sentiam-se ameaçados e criticavam esse sistema que se baseava, principalmente, no lucro. Muitos reclamavam que esse processo disciplinar gerava uma situação tensa, pois limitava as conversas em pleno horário de serviço, controlava as idas ao banheiro e punia com advertências, dispensas temporárias e até demissões.

Em Sergipe, a primeira fábrica têxtil instalada foi a Sergipe Industrial, que foi fundada em 1882 e estava localizada no Bairro Industrial.⁶ O engenheiro Thales Ferraz, proprietário dessa empresa, era formado em Manchester (Inglaterra) e, depois disso, viajou aos Estados Unidos para trazer novas ideias sobre o cotidiano operário. O resultado foi a construção, nos arredores de sua fábrica, de um parque de

2 Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo - 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (coleção tudo é história, 130), p. 7-8.

3 Claudio Henrique de Moraes Batalha, *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 11-13.

4 Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 39ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

5 Jeremy Bentham, *O Panóptico*, Organização de Tomaz Tadeu, Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno e Tomaz Tadeu, 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008.

6 Lindolfo Alves do Amaral, *Sergipe: história, povo e cultura*. Aracaju: Governo de Sergipe, SEED, Projeto Nordeste, 1998, p. 17.

diversões, armazém, biblioteca, farmácia, bem como a instalação de uma vila operária, contribuição para o surgimento do Hospital de Cirurgia, incentivo para abertura de novas ruas no Bairro Industrial, entre outras coisas.⁷ Anos mais tarde, surgiu na capital aracajuana outro estabelecimento têxtil, ou seja, a fábrica Confiança, fundada em 1907, que tinha como proprietário o comerciante Sabino José Ribeiro. As fábricas têxteis começaram a se desenvolver nas zonas urbanas de Sergipe e muitas utilizavam a lenha como combustível, além de agregar várias pessoas pobres que sonhavam melhorar de vida.⁸ As fábricas tiveram importância não somente para a economia local, mas também para a política e até para o aspecto cultural: houve maior oferta de empregos, melhoramento na geografia das ruas e avenidas, construção de moradias, formação de uma cultura operária etc. Todavia, os operários sergipanos também tiveram que sofrer com baixos salários, fábricas que não eram higiênicas, controle patronal, abusos de mestres e contramestres, acidentes nas máquinas, moradias ruins, aumento dos transportes, da alimentação e do vestuário.⁹

O artigo tem como objetivo compreender as condições de vida dos trabalhadores têxteis sergipanos no que se refere ao vestuário e à alimentação entre os anos de 1940-1960. As fontes consultadas foram os jornais *Gazeta Socialista*, *Folha Trabalhista* e *Diário de Sergipe*, a revista *Poliantéa* e um processo trabalhista. Percebe-se que os operários sergipanos ganhavam pouco e, com isso, não conseguiam ter uma alimentação saudável e adequada, bem como ter vestimentas dignas e variadas. Pretende-se analisar quais eram os alimentos consumidos, os locais de compra, a atuação dos especialistas de nutrição e a racionalização dos refeitórios das fábricas. Além disso, irá se destacar como eram as roupas que os operários costumavam usar, as indicações dos especialistas de moda e a relação entre vestuário, passeio e circulação nas cidades. Compreende-se, finalmente, que o operariado sergipano passava por sérias dificuldades, não conseguindo ter uma alimentação saudável e nem um vestuário de qualidade.

“A pior doença desse povo é fome...”: racionalização do espaço fabril, baixos salários e alimentação precária dos trabalhadores têxteis

O jornalista do periódico sergipano *Gazeta Socialista*, órgão editado pela Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), resolveu fazer uma matéria sobre a fábrica têxtil Passagem, que estava localizada no município de Neópolis e tinha capital integralizado da firma Peixoto, Gonçalves e Cia.¹⁰ Ele, que estava

7 Antônio Lindvaldo Sousa, *Disciplina e resistência: cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910 a 1930)*, Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991, p. 12-13.

8 Ibarê Dantas, *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

9 Frederico Lisboa Romão, *Na trama da história: O movimento operário de Sergipe - 1871 a 1935*, Aracaju, Gráfica J. Andrade Ltda, 2000.

10 “A pior doença desse povo é fome...”, *Gazeta Socialista*, 11 de dezembro de 1948, p. 1 e 4. O nome do jornalista não foi incluído na matéria. Grifos presentes no original.

dormindo em uma pensão, acordou com o apito da fábrica chamando os trabalhadores para o labor diário. O jornalista pegou seu bloco de notas e começou a entrevistar os operários, sendo que o primeiro entrevistado afirmou: “é, a gente não pode reclamar das casas, são muito boas. Mas a vida é que só o senhor vendo. Quem vê assim diz que se vive aqui no céu. Mas vá ver quanto se ganha, se dá para uma feira”. Em seguida, uma operária também estava disposta a colaborar e, então, deu depoimento destacando que queria ir embora daquele estabelecimento têxtil. Concluiu afirmando: “não vou porque não tenho jeito. Mas isso aqui não presta”. O jornalista fez contraponto e citou os benefícios sociais da fábrica tais como cinema, campo de esportes, aumento de salário, remuneração de sete dias na semana etc., tudo isso como forma de extrair mais coisas sobre a vida da entrevistada. A operária retrucou dizendo: “mas o senhor acha que Cinema, Campo de esporte, *enche barriga* de ninguém...?” e “pois é isso. O que adianta é ganhar bem. É certo que deram este *aumento* agora. A gente ficou alegre esperando o sábado. Mas não recebe o domingo e ainda dizem que, se perder um dia quando se recebeu... é que se viu, não dava para nada. Também, dez por cento em cima do dinheiro miserável que se recebe aqui, veio ficar em nada”.

Informado de que o domingo remunerado já estava sendo pago na fábrica Passagem, o jornalista iria perguntar mais detalhes sobre esse tópico à operária quando um trabalhador, que havia acabado de comer uma banana, explicou: “o domingo a gente recebe... mas sabe como é? Eu num estou dizendo (se virando para um colega) só fez coisa que no fim vai dar bom para eles. Está tudo certo, vai pagar o descanso no domingo e antes da lei, mas só recebe quem trabalhar a semana certinha. Se perder uma hora na semana no mês não recebe nenhum domingo no mês seguinte... Para o senhor vê como é as coisas desta terra”. Em seguida, mais um operário também fez questão de contar sua história afirmando que era um dos primeiros funcionários do estabelecimento têxtil. Ele era negro, idoso e tinha uma voz rouca, destacou: “eu nem me lembro mais, faz tanto tempo, quando eu vim praqui [sic.]. Era solteiro. Comecei a trabalhar aqui, não tinha filho e o dinheiro sempre dava. Mas me casei, os filhos vieram, e num precisa dizer mais nada... Continuo trabalhando mas sem poder vestir nem uma roupa, o que ganho não dá nem para comer, se nunca deu, que agora com as coisas tudo cara. É porque eu tenho uma tarrafizinha [sic.], e arranho o rio à noite toda com ela, sempre trago umas piabinhas... Se os moços num ganham, quanto mais um velho doente que nem eu. Ai de nós se não fosse esse Rio...”. O jornalista ficou ainda mais curioso e perguntou sobre a assistência médico-dentária que deveria ser gratuita para os 1.200 trabalhadores que acionavam os 400 teares da fábrica Passagem. A resposta foi dada por aquele operário que tinha acabado de comer uma banana: “é por isso que, quando é no sábado, a gente não recebe quase nada. É uma ruma de desconto. Higiene e não sei mais o que. E ainda diz que a assistência é de graça. De graça coisa nenhuma. Tudo é descontado nos salários da gente. Mas não adiantava mesmo que fosse de graça. A pior doença desse povo é fome, como vai ficar bom de outras coisas com esse mal terrível? Mas fique sabendo que nada aqui é de graça não, tudo é descontado, toda semana a gente paga”.

O jornalista ficou satisfeito com as entrevistas operárias e, assim, terminou sua tarefa sobre analisar o cotidiano dos trabalhadores têxteis da fábrica Passagem, no município de Neópolis. Ele começou a se lembrar das “aperturas e sofrimentos” dos entrevistados, das “histórias iguais as de quantos trabalham naquele centro fabril” e, finalmente, da “história da labuta diária pelo minguido ‘pão de cada dia’, percebendo salários miseráveis e com assistência social de fachada”.

Os trabalhadores têxteis sergipanos passavam por situações precárias nas condições básicas de vida, que incluíam o acesso aos transportes, as moradias irregulares, a ineficiente assistência médica, poucos itens no vestuário e, principalmente, o aumento no preço dos alimentos. A carestia de vida aumentava a cada ano e os mais impactados eram os grupos operários que ganhavam poucos salários e que, com isso, tinham baixo poder aquisitivo. O principal motivo da precariedade das classes proletárias era a estagnação dos salários, enquanto que os produtos de consumo aumentavam vertiginosamente. Os indivíduos questionavam a precária situação social que estavam vivendo, atribuindo a culpa disso tudo ao capitalista, que só pensava no lucro e pouca importância dava aos seus funcionários; portanto, o patrão, que gozava de boas condições financeiras, não se preocupava em majorar a produção dos trabalhadores em benefício próprio.

O patrão, por sua vez, justificava o pagamento de baixos salários através da assistência social que se perpetuava no interior do seu estabelecimento têxtil. A fábrica Passagem, por exemplo, contava com serviços médicos de Freire Ribeiro, clínica geral e apoio nos partos; de Oceano Carleal, oftalmotorrinolaringologia; e de Corrêa Filho, cirurgia e raios-x; serviços dentários a cargo de Patrocínio Rocha; tinha também laboratório de análises clínicas. No lazer, destaca-se o estádio com arquibancadas para 5 mil pessoas sentadas e para a prática de futebol, de basquete e de vôlei, por fim, pista de atletismo. O cinema complementava o setor de diversões da fábrica. Sobre a educação, investiu-se na construção de escolas com todos os requisitos da pedagogia moderna; os diretores também construíram casas amplas e com jardins para os seus funcionários.¹¹ Os benefícios sociais da fábrica Passagem, e de tantas outras, serviam como uma justificativa do industrial para poder pagar irrisórios salários e tentar ludibriar a fiscalização pública, porém os trabalhadores percebiam tal tática como abuso e começavam a reivindicar os direitos que lhes cabiam. Muitos compreendiam que a assistência social não era gratuita, pois havia o desconto mensal e, assim, o salário ia diminuindo. No final, quem pagava esses benefícios eram os próprios operários, que não podiam questionar e já recebiam o pagamento com o considerável desconto.

Pode-se entender que o principal motivo da precariedade das condições básicas de vida era o baixo salário pago pelos donos de fábrica. Dentre todos os problemas enfrentados, a alimentação era um dos mais reivindicados pelos operários, porque gerava fome e miséria. Muitos operários alimentavam-se de forma insuficiente e tinham que trabalhar nas máquinas pesadas e fazer longas jornadas diárias. Consumiam alimentos com reduzidos nutrientes e que teorias da época costumavam criticar, acreditando que não fortaleciam o corpo e não davam energia suficiente

11 Brasil, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (BR IHGSE), Catálogo SS-22101/02, *Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa*, Sergipe, n.º 1, ano 1949.

para o desempenho de serviços braçais. O povo costumava consumir alimentos que não eram considerados ideais pelos nutricionistas e que, inclusive, podiam trazer alguns problemas. Segundo Jaime Rodrigues, a década de 1920 foi uma época de importantes discussões sobre a alimentação dos brasileiros, com higienistas visitando os locais de consumo popular, como as feiras e os mercados, proibindo as gulodices e uso de bebidas alcoólicas entre as crianças, intervenções nas escolas, fábricas e até no domicílio da população, inclusão de uma cartilha com os tipos de alimentos tidos como positivos etc., visou-se fazer um policiamento da alimentação pública. Forjou-se o pensamento de uma alimentação racional que deveria ser suficiente, completa, harmônica e adequada. Era necessário que cada família se enquadrasse na lógica ditada pelos governantes públicos sobre quais alimentos deveriam utilizar em casa. O operariado também estava incluso nisso, tanto que começou uma vigilância dos produtos alimentícios que circulavam dentro das fábricas brasileiras. Os trabalhadores deveriam ser tutelados nas refeições que faziam durante o trabalho e teriam que evitar molhos apimentados, pastéis, frituras, rabanadas, batatas fritas e conservas.¹²

A preocupação com a alimentação também foi discurso dos intelectuais sergipanos, onde projetavam estudos e indicações sobre quais produtos deveriam compor a cesta básica dos indivíduos. O político Orlando Dantas, em sua coluna “Aspecto da economia sergipana”, defendeu a utilização de verduras nas refeições por trazer benefícios à saúde, porém não havia entre a população o hábito de consumir esse tipo de alimento. Ele esclarece que “como a grande maioria do nosso povo vive subalimentada, por falta de força aquisitiva, porque percebe salário de fome, evidentemente o plantio de verduras é mesmo insignificante em nosso estado”, com isso, “a carne seca (jabá), o feijão e farinha são os alimentos preferidos”. O político generaliza e afirma que a burguesia segue semelhante caminho, priorizando “[...] açucardos e amiláceos e despreza as verduras e as frutas”.¹³ O que se nota nas palavras de Orlando Dantas é que a escolha dos alimentos não era consequência apenas do poder aquisitivo, mas inclui, desse modo, a ausência de uma educação que propiciasse o conhecimento sobre quais produtos seriam mais indicados para o consumo. Portanto, os governantes deveriam, pela via pedagógica, ensinar a população sobre os produtos alimentícios que mais favoreciam o corpo e a saúde, evitando-se assim aqueles mais perigosos e calóricos. Em resumo: baixos salários e pouco conhecimento poderiam determinar os tipos de alimentos priorizados pelos sergipanos, sendo relevante criar formas pedagógicas para esclarecimento da população.

É importante analisar quais alimentos eram consumidos pelo operariado sergipano. Os entrevistados do jornalista, que visitou a fábrica de tecidos Passagem, revelaram que pescavam para poder complementar o alimento diário e que comiam banana no horário de serviço. A pesca era uma atividade da população pobre para conseguir diversificar a alimentação diária ou mesmo substituir os produtos com preços elevados, além de, aparentemente, não gerar gastos, bem como servir para

12 Jaime Rodrigues, *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*, São Paulo, Alameda, 2011.

13 Coluna Aspecto da Economia Sergipana, por Orlando Dantas, *Gazeta Socialista*, 30 de outubro de 1948, p. 1.

minimizar a fome que se tornava realidade dentro de muitos lares sergipanos. O jornalista J. Vieira de Aquino, na Coluna “Diário operário”, criticou o salário básico, afirmando: “hoje é absolutamente impossível, um operário que tenha um lar organizado mesmo modestamente, passar com semelhante ordenado”, pois as famílias proletárias, geralmente, eram formadas por cerca de cinco ou seis membros. Para não desequilibrar as finanças mensais, os operários – conforme esclarece o jornalista – vão até “a maré e ali desde que ela dá acesso, até ao começo da enchente, dezenas de pessoas pobres que, como fantasmas, se movem, vezes rápidas, vezes lentas, à procura de algum siri ou de alguns camarões transviados do fundo do mar que por esquecimento não se tenham recolhido aos seus pagos”. O resultado da pesca servia “[...] para o almoço do dia seguinte, que vai substituir a magra carne de boi a Cr\$ 5,20 com todo osso” e isso “está assim explicado o caso dos milagres feitos pelos operários com os reduzidos vencimentos diários de dez cruzeiros e oitenta centavos”.¹⁴

Além da alimentação oriunda da pesca, os trabalhadores consumiam bananas dentro dos estabelecimentos têxteis e isso gerava confusão com os superiores hierárquicos. A enroladeira Carmosita Dias Tavares, funcionária da fábrica aracajuana Confiança, recebia Cr\$ 90,00 semanais e foi acusada de colocar cascas de banana no caixão de canelas, o que era proibido, sendo advertida pelo contramestre, que pediu para a moça retirar tais cascas. A operária se defendeu afirmando que os restos de banana não foram deixados por ela, mas sim por outra funcionária que tinha utilizado a sua máquina. O contramestre Francisco Ramos lembrou que era proibido deixar restos de alimentos no caixão de canelas, a fim de evitar baratas e ratos que poderiam roer os fios de algodão. A operária Maria Pastora Santos, que havia sido acusada por Carmosita Dias, defendeu-se afirmando que sua colega de profissão era a responsável pela sujeira e informou que muitas funcionárias levavam comida para o local de trabalho.¹⁵ O que se infere disso é que, dentro das fábricas, os empregados costumavam burlar as regras que impossibilitavam o consumo de alimentos, levando diversos tipos de produtos, principalmente, as frutas. Além disso, é notável o fato de que a proibição do consumo de alimentos se dava por conta de algum dano que poderia causar na matéria-prima e nas mercadorias finais, pois traria prejuízos financeiros para o industrial; junte também, ao dano financeiro da empresa, o gasto de minutos que o operário levava para comer as frutas, perdendo tempo útil de produção.¹⁶

14 “Cr\$ 10,80”, Coluna Diário Operário, por J. V. de Aquino, *Diário de Sergipe*, 12 de janeiro de 1945, p. 2.

15 Brasil, Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho, 20ª Região, S/ Catalogação, Carmosita Dias Tavares, Proc. JCJ-SJ-65/49, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, *Reclamação Trabalhista*, Reclamante: Carmosita Dias Tavares, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia, Sergipe.

16 Segundo E. P. Thompson, o camponês inglês era orientado pelas tarefas domésticas e dos vilarejos, pois ele cuidava das coisas realmente necessárias, existia pouca separação entre trabalho e vida, podia-se programar as tarefas, já que não tinham tanta urgência assim, e os cronogramas não eram tão precisos e representativos. Já no processo de industrialização, o tempo ganhou outro significado, isto é, ele tornou-se dinheiro, moeda, e ninguém o passa, mas sim o gasta. Então, o tempo deveria ser todo consumido, utilizado e negociado. Ver E. P. Thompson, “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Outros alimentos eram consumidos pela população operária sergipana. Na fábrica Confiança, os trabalhadores comiam feijão, tripa, farinha e carne diariamente nas sombras das árvores existentes na frente do estabelecimento.¹⁷ Na fábrica Sergipe Industrial, localizada na capital aracajuana, os indivíduos também comiam farinha com jabá trazida em bolsas de papel ou em latas e expostos ao sol, à poeira e à chuva.¹⁸ Um operário da cidade de Estância, apesar de não especificar de qual categoria pertencia, reclamou, no jornal *Folha Trabalhista*, órgão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que a carestia de vida estava aumentando e que “hoje em dia ganhamos menos que há 11 anos passados”. Ele listou os produtos mais importantes, que estavam com os preços elevados: “[...] um quilo de carne com osso custa 9 cruzeiros, açúcar 5,50, a farinha 8,00 e 10,00, o feijão 4,00, a carne do sertão 18,00 e 20,00, café 22,00 o quilo, toucinho virou doutor, sem falar nos outros gêneros de 1ª necessidade [...]”. Novamente, segundo a reclamação do operário, a culpa seria dos patrões, que só pensam no lucro, enquanto que “os nossos salários continuam no mesmo e, na verdade, diminuem porque a vida se torna dia a dia mais cara”. Os operários trabalhavam muito e não se alimentavam direito, tendo até que comer mocotó de boi, por isso mesmo ficavam fracos e doentes. Por fim, o operário argumenta que uma alimentação adequada não beneficiava somente os operários, mas também os patrões, que teriam maior produtividade de seus funcionários.¹⁹

Banana, frutos do mar, feijão, tripa, toucinho, café, farinha, carnes e açúcar eram os principais alimentos que compunham a cesta básica das classes operárias sergipanas. A lista podia sofrer sensíveis variações, pois dependia do salário mensal, da preferência de consumo de cada indivíduo, das elevações corriqueiras dos preços, do local analisado, entre outros fatores. Os trabalhadores constantemente “adaptavam” a alimentação e criavam diversas receitas para tornar mais barato o consumo, caso do mocotó, que agregava produtos simples. Enfim, as autoridades públicas criticavam o consumo alimentício dos grupos pobres, mas se esqueciam de que isso se dava por conta do próprio sistema que excluía e pagava baixos salários, assim, restava aos indivíduos fazerem adaptações para se livrar da fome e miséria.²⁰

Os locais de compra de alimentos eram diversificados, porém as feiras se destacavam pela oferta e pelos preços baixos. A feira era importante para o operariado, que buscava alimentos mais baratos e de boa qualidade, além de que servia

17 “As coisas tão cara e como a gente vai viver ganhando pouco?”, *Gazeta Socialista*, 27 de novembro de 1948, p. 4.

18 “A ‘Sergipe Industrial’ não tem refeitório”, Coluna Fábricas e Comércio, *Gazeta Socialista*, 15 de julho de 1950, p. 1.

19 “Uma verdade, operários”, *Folha Trabalhista*, 2 de dezembro de 1951, p. 4. Como era uma denúncia, o operário naturalmente não se identificou com medo das possíveis represálias do seu patrão.

20 Em São Paulo, os trabalhadores consumiam mais farinha de trigo, pão, arroz, macarrão, massas, e menos ovos, legumes, carne e leite. As famílias que tinham rendimentos maiores tendiam a consumir os dois últimos produtos citados, conseguindo ter uma alimentação basicamente equilibrada à luz das teorias nutricionais vigentes na época. Em Recife, a população também passava privações e chegava a gastar 71,6% dos rendimentos mensais somente com a alimentação, deixando os 28,4% para as despesas do aluguel, água, luz, vestuário etc. A situação alimentar da classe operária era agravante em muitas regiões brasileiras, variando apenas a sua escala para mais ou para menos. Ver Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 35; Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*, São Paulo, Atual, (História em documentos), 1991, p. 53.

como lugar de sociabilidade, onde tinha diversão, havia, também, conversas com os amigos, negociações, apresentações artísticas dos vendedores e até ocorrências de confusões. Portanto, os trabalhadores reivindicavam o direito ao acesso às feiras e criticavam os governantes públicos que cometiam arbitrariedades, caso que ocorreu em Estância. O prefeito interino, Lauro de Menezes Alves, apresentou o projeto que extinguiu a feira livre aos domingos, passando a ser realizada aos sábados, das 13h às 21h, e às segundas-feiras. O prefeito interino queria que o domingo fosse dedicado apenas ao descanso, só que era justamente nesse dia que os operários tinham tempo livre para poder comprar os seus alimentos. No sábado, por exemplo, muitas pessoas trabalhavam praticamente o dia inteiro e só teriam disponibilidade para visitar as feiras à noite. Para piorar, os operários, após o expediente diário, ficavam cansados e não tinham o suporte de uma eficiente iluminação pública, resultando disso a ação de ladrões que roubavam as bolsas das mulheres e as desonestidades dos vendedores no momento dos pesos e medidas dos produtos.²¹ Um operário escreveu uma carta para a prefeita efetiva, Núbia Nabuco Macedo, que foi publicada no jornal *Folha Trabalhista*, reclamando da transferência da feira do domingo para outro dia: “[...] a feira começará à 1 hora da tarde, o pessoal da cidade que não trabalha em fábricas se abastecerão do bom e do melhor, quando chegarmos na feira, depois das 4h da tarde, só encontraremos restos de tudo, porque, se é a farinha, já compraram a melhor, se é a carne verde, só encontraremos ossos e peles, o peixe, nem é bom falar; verdura, camarão, que dizer?”. O operário aconselha que os industriais deveriam acrescentar mais uma hora na carga diária de trabalho para que os funcionários fossem liberados às 12h no sábado e, desse modo, pudessem frequentar as feiras livres.²²

Armazéns, de terceiros ou ligados às fábricas, e cooperativas de abastecimentos também eram lugares em que os trabalhadores costumavam fazer compras. Muitos estabelecimentos têxteis brasileiros tinham armazéns próprios e obrigavam o operariado a somente comprar produtos nesses locais, seja através da persuasão, seja descontando do salário mensal. Tal aspecto fazia com que o operário gastasse parte considerável do seu rendimento mensal e, mais ainda, criava dependência constante, pois ele comprava os alimentos caros e nem sempre conseguia pagar, ficando com dívidas. Era uma forma de reter junto à produção os indivíduos, de controlar os operários cotidianamente e de justificar os baixos salários.²³

Em São Paulo, a população se abastecia nos pequenos negócios dos bairros proletários, que funcionavam em locais acanhadíssimos e sem higiene, apesar de comprar pouco e pagar mais caro. Os gêneros alimentícios eram de qualidade

21 “O prefeito interino quer acabar com a feira aos domingos!”, *Folha Trabalhista*, 22 de julho de 1951, p. 1.

22 “Um operário escreve sobre a feira”, *Folha Trabalhista*, 9 de setembro de 1951, p. 1.

23 No Rio de Janeiro, o consumo dos moradores da vila operária da fábrica Brasil Industrial provinha do armazém, de propriedade da indústria, e das “vendas” do povoado local; tinha ainda um açougue administrado por terceiros e uma leiteira, cujo leite era oriundo da fazenda Retiro, de propriedade da fábrica. Nas redondezas da vila operária da fábrica Maria Cândida, também no Rio de Janeiro, havia dois armazéns: um administrado por terceiros, que distribuía pães e era comandado por Manoel Alves de Souza, e outro particular, administrado pela companhia. Ver Paulo Fernandes Keller, *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*, Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, Solon Ribeiro, 1997, p. 57-58, 64-65.

inferior e a clientela geralmente era lesada no peso e na medida.²⁴ A grande maioria dos estabelecimentos que vendiam gêneros alimentícios básicos tinha preços elevados e explorava os trabalhadores, retendo praticamente o rendimento mensal deles. Isso demonstra que não era apenas o armazém de propriedade do capitalista que cobrava caro pela alimentação, mas também os inúmeros pequenos negócios de terceiros que se instalavam em bairros pobres e, mesmo assim, vendiam produtos de qualidade duvidosa. Com isso, restava ao operariado criar alternativas para aumentar o consumo de produtos alimentícios.

Os trabalhadores faziam as suas refeições na própria fábrica, pois era o local em que passavam praticamente o dia inteiro e, assim, as moradias ficavam servindo mais como dormitórios. Com pouco tempo para as refeições, os operários paulistanos costumavam comer na porta ou nas imediações das fábricas e das oficinas e até mesmo junto às máquinas.²⁵ O operário trazia seu alimento de casa – às vezes, quando chegava a hora do almoço, ele esperava alguém da família ir até a fábrica entregar sua refeição – por conta da inexistência de instalações, como restaurantes e cozinhas, na grande maioria das indústrias; como consequência, o operariado almoçava em refeitórios improvisados com péssimas condições higiênicas, sem conforto, sem água para lavar as mãos e estirado ao longo das calçadas.²⁶

Os operários sergipanos também sofriam com os mesmos problemas dos paulistanos. O apito da fábrica Confiança anunciava a hora do almoço e as crianças traziam marmitas e pratos cobertos com pano para entregar aos seus familiares. Por outro lado, os vendedores de frutas se aglomeravam e até uma idosa vendia comida quente para os operários famintos. Todos se sentavam debaixo das árvores, que ficavam na frente da fábrica, aproveitando as sombras para poder fazer a refeição diária.²⁷ A fábrica Sergipe Industrial, em 1950, não tinha refeitório, o que havia era um barracão anti-higiênico onde os operários abrigavam-se do sol e da chuva – porém no local já estavam instalando máquinas, transformando-o em seção de trabalho.²⁸

O industrial têxtil, preconizando um ambiente fabril mais racionalizado, vai investir na construção de refeitórios higiênicos, modernos, arejados e livres de sujeiras. Na própria fábrica Confiança, em 1949, “um grande e moderno refeitório está sendo aparelhado e será inaugurado ainda este ano. Dispõe de inúmeras mesas para quatro pessoas, mesas padronizadas do SAPS, serviço de alto-falantes e uma cozinha ampla, higiênica e moderna”. A fábrica Passagem seguiu o mesmo exemplo e construiu refeitório com aparelhagem completa e moderna; a fábrica Santa Cruz, no município de Estância e de propriedade da Companhia Industrial da Estância S/A, tinha refeitório que acomodava 400 pessoas; a empresa Industrial Propriá, que se desenvolvia na margem do rio São Francisco e pertencia à firma Britos e Cia.,

24 Esmeralda Blanco B. de Moura, *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 25-26.

25 Moura, *Mulheres e menores no trabalho industrial*, p. 40.

26 Rodrigues, *Alimentação, vida material e privacidade*, p. 99-100.

27 “As coisas tão cara e como a gente vai viver ganhando pouco?”, *Gazeta Socialista*, 27-11-1948, p. 4.

28 “A ‘Sergipe Industrial’ não tem refeitório”, coluna “Fábricas e Comércio”, *Gazeta Socialista*, 15 de julho de 1950, p. 1.

contava com “[...] um vasto e bem aparelhado refeitório, com mesas padronizadas do SAPS e um higiênico serviço de bebedouro de água filtrada”.²⁹

O ambiente fabril passou por um processo de racionalização, isto é, tornou-se alvo de investimentos capitalistas para poder remodelar a sua estrutura física e eliminar os problemas que vigoravam no seu interior. Precisou-se tornar o ambiente mais arejado e ventilado, abertura de janelas para circulação de ar, cuidar dos banheiros e da alimentação, acabar com os acidentes de trabalho, enfim, era preciso tornar as fábricas mais harmônicas, saudáveis, modernas e higiênicas, visando, com isso, majorar a produção dos trabalhadores e criar uma sensação de bem estar coletivo. Segundo afirma Margareth Rago, abandonou-se o modelo da “fábrica satânica”, que sofria constantes ataques do movimento operário, optando-se pela valorização da “fábrica higiênica” que pretendia tornar o espaço de produção tranquilo, limpo e atraente para o operário.³⁰ Os refeitórios sofreram interferências das autoridades públicas e dos industriais, passando a ser assépticos e confortáveis. Se os alimentos que compunham as refeições do operariado deveriam ser saudáveis e nutritivos, cabia ao patrão fazer a sua parte e investir na construção de refeitórios higiênicos que obedecessem ao padrão proposto pelo governo, evitando que os trabalhadores procurassem se alimentar na frente da fábrica ou em galpões improvisados. Destarte, autoridades públicas, industriais têxteis, operários e organizações proletárias preocuparam-se com a alimentação e começaram a discutir ainda mais sobre esse tema.

Se os baixos salários dificultavam o acesso dos trabalhadores às refeições nutritivas, o mesmo será válido para o quesito do vestuário. A grande maioria dos indivíduos comprava roupas simples e inferiores, além de ter no guarda-roupa poucos itens de vestuário. A situação precária dos trabalhadores contemplava várias esferas sociais, como moradia, transporte, lazer, alimentação e, como veremos no tópico seguinte, vestuário.

“E tem que ser assim mesmo, lavar no domingo para vestir na segunda, porque o dinheiro não dá para comprar roupa”: baixos salários e o simplório vestuário operário

O jornal *Folha Trabalhista*, na “Coluna Médica”, trouxe um artigo que relacionava vestuário e higiene, afirmando que isso era indispensável à conservação da saúde.³¹ O vestuário deveria ser escolhido de acordo com a época do ano: a lã era o tecido que dava mais calor aos indivíduos, seguindo-se a seda, o algodão e o linho. O mais importante era que “em qualquer época, o vestuário deve permitir a permeabilidade ao ar, dando fácil evaporação ao suor, como também se deve ter em consideração o poder de absorver ou refletir as irradiações solares, o que depende

29 BR IHGSE, Catálogo SS-22101/02, *Poliantéa*.

30 Margareth Rago, *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, v.90), 1985, p. 37.

31 “O vestuário e a saúde”, “Coluna Médica”, *Folha Trabalhista*, 11 de junho de 1950, p. 2.

especialmente da cor dos tecidos”. Dever-se-ia evitar roupas e cintos apertados, pois causava sensação de desagrado o contato entre a pele da pessoa e o tecido. Os sapatos não poderiam ser apertados e teriam que privilegiar o tamanho dos pés; “também devem ser leves, sendo condenados os saltos altos, tão de agrado das mulheres, por deformar ainda mais os pés e aumentar as possibilidades de unhas encravadas, calosidades, etc.”. O chapéu poderia ser optativo caso não fossem intensos os raios solares e “se o indivíduo está com a pele protegida pelo pigmento, se estão em boas condições os aparelhos circulatório e termorregulador e se os olhos estão protegidos por óculos escuros”.

O vestuário deveria ser apropriado para cada tipo de trabalho, levando em conta a proteção do operário. Se a pessoa tivesse contato com agentes irritantes, cáusticos ou tóxicos, “para esses casos, prescrevem-se macacões de mangas compridas e fechados até o pescoço, como também capacetes, sapatos, perneiras, botas de enfiar, aventais, luvas, etc.”. As demais profissões, “prescrevem-se macacões amplos e de mangas curtas, não só visando o conforto e o bem estar do operário, mas também prevenindo a possibilidade de acidentes junto às máquinas”.

O tipo de vestuário deveria variar de acordo com a situação em que o indivíduo se encontrava e com o local em que estava, seja em casa, na rua ou no trabalho. Ele deveria obedecer as suas próprias necessidades orgânicas e seguir às normas prescritas pelos especialistas. Por fim, o jornal adverte que “a maneira atual de vestir dos homens é imprópria, é nociva à saúde. Só os imperativos da moda podem justificá-la. Pouco a pouco, porém, deverá ela ser modificada, em benefício da própria saúde e do conforto de cada um”.

Assim como aconteceu com a alimentação, especialistas também se preocuparam com o vestuário da população, indicando os melhores tipos de roupas que deveriam ser usadas, inclusive, relacionando com o fato da higiene e levando em conta a questão da saúde. Os especialistas indicavam até quais eram os melhores tipos de tecidos que deveriam ser comprados, pois trazia conforto, elegância e, principalmente, benefícios à saúde; assim, costumavam projetar a maneira de se vestir da população, mesmo que não levassem em conta as dificuldades que podiam existir. Um problema que acontecia frequentemente era o pouco investimento dos patrões nos equipamentos de segurança dentro das suas fábricas, como o caso de roupas apropriadas para o desempenho de certas funções consideradas perigosas. Os trabalhadores ficavam expostos aos produtos tóxicos, ao calor, aos acidentes nas máquinas e outras adversidades do ambiente que prejudicavam a saúde e causavam mortes. Outro problema, só que agora pelo lado dos operários, seria os poucos recursos para comprar vestimentas que protegessem, por exemplo, dos raios solares e das doenças que vigoravam nos bairros pobres. A indicação arbitrária e surreal dos especialistas constantemente não era cumprida, pois não se havia consultado os próprios trabalhadores e se baseava em realidades com pouco fundamento.

Ao se analisar mais de perto a situação de vida do operariado sergipano, nota-se que o vestuário era composto por poucas peças e por material de baixa qualidade. Uma operária da fábrica Confiança ressaltava que passava “[...] o dia todo lavando, esse vestido e o outro por que só tenho dois e na semana não posso lavar, que na labuta. Não tenho mãe, quem tem que fazer sou eu mesma. E tem que ser

assim mesmo, lavar no domingo, para vestir na segunda, porque o dinheiro não dá para comprar roupa”.³² Novamente, o baixo salário servia como justificativa para a precariedade da situação de vida dos operários, englobando também o vestuário, que era limitado e formado por itens velhos e desgastados. Para “ajudar” os funcionários, a fábrica Confiança tinha um posto de venda de todos os tecidos fabricados no estabelecimento.³³ Os proprietários da fábrica podiam aumentar os rendimentos dos seus trabalhadores, porém optaram em criar alternativas, como foi o caso do posto de venda que tinha, possivelmente, tecidos de baixa qualidade e com erros de fabricação que não seriam aproveitados pelo mercado exigente e, assim, seriam descartados. Então, o ganho do industrial sairia mais recompensador na venda desses tecidos do que aumentar os salários.³⁴

Os operários aracajuanos costumavam fazer passeios pela cidade, porém alguns evitavam o centro – local frequentado pelas classes abastadas – com vergonha dos seus trajes simples. O jornalista J. V. de Aquino escreveu que “a maioria dos filhos dos nossos operários não pode frequentar escolas, porque lhes faltam o calçado e a roupa para irem às aulas”; complementa afirmando que “aos domingos, algumas [famílias operárias] saem a passeio, mas raramente vêm até ao centro populoso da cidade, porque não se acham em condições de isto fazerem, as que se vestem um pouco melhor, são as que estão comprando aos ‘gringos’, que embora vendendo a preços elevados, são os amigos dos que precisam vestir, pagando prestações pequenas, que não lhes deixam tão aflitos”.³⁵

Os trabalhadores reivindicavam o direito ao acesso às diversões das cidades e, por isso, gostavam de fazer passeios, bem como conhecer novas pessoas e rever os amigos. A cidade é o local de sociabilidades e de trocas culturais entre os indivíduos, e não somente atributo econômico. Entretanto, a circulação nas cidades requer que as pessoas estejam condizentes nos seus modos de comportamento e do vestuário utilizado, fazendo com que as classes populares não se enquadrassem nesse ideal capitalista e se sentissem oprimidas. Alguns operários podiam sentir vergonha dos seus trajes simples e evitavam frequentar o centro para que olhares alheios de repulsa não os avistassem. Lembre-se que os operários tinham poucas peças de vestuário e o essencial era mesmo vestir-se para o trabalho, caso já citado da operária que só tinha apenas dois vestidos.

32 “As coisas tão cara e como a gente vai viver ganhando pouco?”, *Gazeta Socialista*, 27 de novembro de 1948, p. 4.

33 BR IHGSE, Catálogo SS-22101/02, *Poliantéa*.

34 Em São Paulo, a situação não melhorava muito e os operários sofriam no acesso a um vestuário de qualidade e confortável. A historiadora Maria Auxiliadora destacou que o gasto com o vestuário era pouco por conta dos baixos salários e também da prioridade com alimentação e moradia. Comprava-se o indispensável, como as roupas de trabalho, e reduziam-se as peças íntimas e de passeios. Entretanto, na França, segundo aponta Michelle Perrot, o vestuário tinha certa relevância no orçamento operário, pois isso implicava uma relação com o espaço público. Os operários sofriam com uma autoimagem que lembrava sujeira, desalinho, inferioridade, desse modo, o uso de roupas adequadas trazia a dignidade de volta e permitia que se misturassem ao lazer urbano. Os trabalhadores franceses davam muita importância para as cidades e tinham a ambição de viver e morar no centro, onde tentavam aproveitar as potencialidades econômicas e prazerosas. Ver Decca, *A vida fora das fábricas*, p. 36-37; Michelle Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 103-104; 116 e 119.

35 “Abaixo os exploradores”, coluna “Diário Operário”, por J. V. de Aquino, *Diário de Sergipe*, 18 de junho de 1945, p. 2.

Pode-se, enfim, compreender que o vestuário operário era formado por pouquíssimos itens. Os poucos salários pagos pelos patrões impossibilitavam que os indivíduos tivessem acesso a trajes dignos que protegessem contra as doenças. Aliás, especialistas indicavam quais eram as melhores roupas para cada ocasião – passeio, trabalho ou simplesmente ficar em casa –, porém tinham concepções que não se baseavam na situação real dos operários e nem levavam em conta as arbitrariedades cometidas pelos empresários. As teorias desses especialistas não se coadunavam com a situação precária da classe obreira e, então, muitas delas nem eram respeitadas. O vestuário simples causava certo desconforto quando os operários resolviam passear, pois a cidade tornava-se o lugar de sociabilidade. Em contrapartida, muitos não deixavam de se divertir e enfrentavam as críticas dos moralistas dos grupos abastados. A situação adversa podia causar transtornos, mas não limitava a atuação dos trabalhadores na busca de melhorias nos salários, na alimentação e no vestuário.

Considerações finais

A situação da classe proletária sergipana não era tão diferente do restante do território brasileiro, pois era marcada pelo pouco acesso às moradias, aos transportes, a alimentação e ao vestuário. O pagamento de baixos salários era o principal problema apontado pelos trabalhadores para justificar a situação precária de vida. O industrial aumentava a produção diária dos seus funcionários e obtinha cada vez mais lucro, porém, limitava-se a pagar insatisfatórios salários, mesmo que a carestia de vida aumentasse e prejudicasse a população pobre. Além disso, percebe-se que havia uma pedagogia que tinha o intuito de esclarecer a população pobre sobre quais alimentos e vestimentas deveriam consumir.

Especialistas surgiram e começaram a criticar os alimentos escolhidos pelos operários, priorizando assim aqueles que fossem nutritivos e que dessem energia para o trabalho pesado diário; as autoridades públicas visitaram os locais de compra tentando fazer uma higienização, caso da feira de Estância, que mudou de dia; houve até uma vigilância sobre o que os operários consumiam dentro das fábricas, priorizando um ambiente mais racional e higiênico. Os próprios empresários têxteis começaram a se preocupar com os locais em que seus funcionários faziam as refeições e, então, abandonou os galpões escuros, sombrios, infecciosos e o hábito de se almoçar nas sombras das árvores existentes na frente das fábricas, dando lugar para refeitórios modernos, limpos, arejados e de acordo com os padrões sanitários propostos pelas autoridades governamentais. Os alimentos consumidos eram banana, feijão, tripa, farinha etc., que eram levados para a fábrica – local principal das refeições dos trabalhadores – e, em certos momentos, consumidos em pleno horário de serviço. Só que tais alimentos estavam com os preços elevados e os operários utilizavam artimanhas para complementar as refeições, por exemplo, o hábito da pescaria. Feiras livres, armazéns – de propriedade das fábricas ou de terceiros – e cooperativas de abastecimentos eram os lugares em que os indivíduos faziam as suas compras, entretanto, sofriam abusos dos proprietários que vendiam produtos

inferiores com preços elevados e também cometiam arbitrariedades na hora dos pesos e medidas. Enfim, a situação alimentar precária dos proletários era consequência tanto do industrial têxtil, que pagava baixos salários, quanto dos vendedores particulares, que aumentavam os preços dos produtos dos seus armazéns.

Se a alimentação era bastante precária, o vestuário seguia semelhante caminho e era um item pouco valorizado pelos industriais. Especialistas também indicaram quais deveriam ser as roupas da população para determinadas situações sociais, priorizando o conforto e a saúde. Todavia, as teorias dos especialistas não levavam em conta a questão dos baixos salários e se baseavam em situações sociais que não representavam a realidade das classes operárias. Os trabalhadores tinham pouquíssimas peças de roupas - inclusive nem tinham as vestimentas íntimas e os calçados -, que geralmente eram de baixa qualidade e bastante gastas pelo uso constante. O caso da operária da fábrica Confiança que só tinha dois vestidos ilustrou muito bem a condição precária de vida dos trabalhadores sergipanos. Por conta das roupas simples, alguns indivíduos tinham vergonha de passear no centro aracajuano, pois sabiam que podiam sofrer críticas das classes mais abastadas. Entretanto, os operários sergipanos, bem como faziam os franceses, reivindicavam o direito às cidades e circulavam pelo espaço de sociabilidade.

Através da análise da alimentação e do vestuário, pôde-se compreender como era a vida difícil das classes proletárias sergipanas. Muito se falou sobre moradias, transportes e mais ainda sobre o cotidiano dentro das fábricas, porém a alimentação e o vestuário dos operários ainda não são tão discutidos pelos pesquisadores. Deve-se entender que esses dois tópicos servem para adentrar e mostrar como era a condição precária de vida dos trabalhadores sergipanos, bem como esclarecer que a população pobre era explorada de diversas formas.